



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Vieira, Carlos Eduardo

Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual

Revista Brasileira de História de Educação, vol. 8, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 63-85

Sociedade Brasileira de História da Educação

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161072007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Intelligentsia e intelectuais

sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual

Carlos Eduardo Vieira*

Resumo:

O presente texto visa discutir diferentes possibilidades para a escrita da história intelectual, a partir da reflexão sobre os significados associados, nos séculos XIX e XX, aos termos *intelligentsia* e intelectuais. Primeiramente serão analisados os usos desses vocábulos nos cenários literários e políticos russo e francês e, na sequência, serão discutidos os sentidos veiculados aos termos no âmbito das ciências sociais e da filosofia política. Será explorado, nessa direção, o conceito de intelectual como mediador dos conflitos sociais, presente na obra de Karl Mannheim; a idéia do intelectual como dirigente e organizador da cultura, problematizada nos textos carcerários de Antonio Gramsci; e, por fim, o conceito de intelectual como produtor de capital simbólico, presente na obra de Pierre Bourdieu. Conclui-se indicando, de forma sintética, os contrastes, as aproximações, as potencialidades e os limites dos três conceitos analisados, bem como as implicações dessa discussão para a história intelectual.

Palavras-chave:

intelligentsia; intelectuais; Gramsci; Bourdieu; Mannheim.

* Doutor em história e filosofia da educação (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP); professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); coordenador do Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (2005-2007); coordenador do Grupo de Pesquisa História Intelectual da Educação (GPHIE-UFPR).

Intelligentsia and intellectuals

meanings, concepts and possibilities
to the intellectual history

Carlos Eduardo Vieira

Abstract:

The text discusses different possibilities to the register of the intellectual history based on studies about associated meanings to the words *intelligentsia* and intellectuals throughout 19th and 20th century. Firstly, it will be analyzed the use of this words in French and Russian political and literary context, and, after that in Social Science and Political Philosophy. Thus, I intend to explore the concept of the intellectual as a mediator of social conflicts present in the work of Karl Mannheim); the idea of the intellectual as a manager and organizer of culture found in the Gramsci's writings (from prison); and, at last, Pierre Bourdieu's concept of intellectual as producer of symbolic capital. As a conclusion, the text briefly points the contrasts, similarities, potentialities and limitations of the three analyzed concepts as well as the implications to the Intellectual History resulted of this discussion.

Keywords:

intelligentsia; intellectuals; Gramsci; Bourdieu; Mannheim.

Introdução

A história da educação no Brasil tem uma significativa tradição de estudos acadêmicos sobre o tema dos intelectuais, ainda que os delineamentos e os suportes das análises se tenham alterado ao longo do tempo. Os escritos de Laerte Ramos de Carvalho e de Roque Spencer Maciel de Barros evidenciam, na década de 1950, essa opção. Apoiados na concepção de história de Dilthey, esses pesquisadores investigaram o movimento do *espírito* que anima a cultura, por meio das obras e das ações dos ilustrados brasileiros, tal como Barros denominou a geração de cultos engajados do último quartel do século XIX. O estudo sobre a idéia de universidade – a partir das visões de mundo ou, nas palavras do próprio Barros, das mentalidades católico-conservadora, liberal e cientificista – é um marco para a história intelectual da educação brasileira¹.

O interesse pela ação pública dos cultos seguiu nos anos setenta e oitenta, porém a problematização, o período, a designação dos agentes e as teorias de referência se alteraram substantivamente. O foco sobre as reformas do sistema público de ensino, nos marcos dos primeiros quarenta anos de regime republicano, predominou e a geração de ilustrados de 1870 foi preterida em favor dos escolanovistas e dos católicos, tal como foram designados os principais protagonistas das disputas educacionais do primeiro período republicano. A referência teórica também foi deslocada, pois o historicismo diltheyiano cedeu lugar para o marxismo, em particular, para o marxismo historicista de Antonio Gramsci. Nos anos noventa o tema permaneceu na produção da área, a partir de um conjunto mais amplo de referências teóricas, entre as quais se destacou um novo momento de leitura e de interpretação das idéias de Pierre Bourdieu.

É interessante destacar que o modelo da tradicional história das idéias², adjetivada por Lucien Febvre de desencarnada e que predominou

-
1. Sobre essas mentalidades presentes na ilustração brasileira ver, em especial, a primeira parte da obra *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*, de Roque Spencer M. de Barros (1986).
 2. Em parte significativa do debate acerca da historiografia da história das idéias a obra

nos manuais de história da educação, não encontrou eco significativo na produção acadêmica da área. As idéias educativas foram analisadas nas principais teses de referência da área de forma que tratassem não somente dos sistemas de pensamento aos quais elas se articulavam, mas também os agentes, os projetos, as instituições e, sobretudo, as ações sociais que estas informavam e justificavam. A rigor, além de uma associação entre idéias, agentes e instituições, os estudos tenderam a enfatizar a relação entre educação e os contextos político e econômico. Essas operações, ainda que em alguns textos tenham sido realizadas de forma esquemática, revelam uma percepção relacional da história da educação, ou seja, em oposição ao método internalista predominante na história da filosofia e das idéias pedagógicas³. A tese de Jorge Nagle (2001), defendida em 1966 e publicada em 1974, intitulada *Educación e sociedade na Primeira República*, evidencia esse pressuposto dominante de pensar a educação e os seus agentes em relação ao meio social.

Nos anos dois mil os congressos e as publicações da área revelam a

de Artur Lovejoy é citada como expressão da antiga tradição do campo, ou seja, de uma concepção da história das idéias extremamente influenciada pela história da filosofia. A principal obra de Lovejoy é “*The great chain of being*”, porém o seu projeto intelectual pode ser compreendido em termos precisos nos *Essays in the history of ideas*. O projeto de Lovejoy envolveu um grupo significativo de especialistas em diferentes campos da história: literatura, filosofia, educação, religião, ciência, entre outros. A produção do grupo pode ser encontrada no *Journal of the History of Ideas*, criado por Lovejoy em 1940 e em circulação até o momento.

3. O método internalista supõe, em síntese, a investigação das idéias sem considerar seus contextos de produção e/ou seus produtores, de maneira que se privilegie o movimento lógico e teórico do pensamento abstrato presente nos textos canônicos das diferentes áreas, entre as quais se destacam a filosofia e a ciência. Nessa perspectiva o processo de produção das idéias não sofre qualquer espécie de constrangimento ou de determinação oriundos de outros contextos, sejam eles econômicos, políticos ou sociais. Pelo contrário, quando as relações entre idéias e outros contextos sociais mais amplos são tratadas, elas aparecem em um sentido unívoco de determinação do plano espiritual sobre o plano das práticas sociais. Associado a tal método, em geral, aparecem os conceitos de influência, que justifica o movimento introversivo das idéias em relação a elas mesmas, e o de evolução, que gera o efeito de aprimoramento constante das formas de pensar. Para uma crítica dessa concepção ver, entre outros, *La idea de libertad negativa: perspectivas filosóficas e históricas*, de Quentin Skinner (1990); e *La historiografía de la filosofía: cuatro géneros*, de Richard Rorty (1990).

continuidade do debate sobre tema dos intelectuais do campo educacional, não obstante a abrangência do mapa intelectual se alterou significativamente. Intelectuais e tradições intelectuais antes desconhecidas vieram à tona, retirando das sombras personagens e cenários antes eclipsados pelo volume significativo de pesquisas sobre alguns líderes do Movimento pela Escola Nova no país, entre os quais destacamos Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Neste sentido, visando contribuir com a qualidade da seqüência desses estudos no campo da história da educação brasileira, pretendemos investir na análise da polissemia do vocábulo intelectual, bem como na problematização das teorias sociais que abordam as práticas sociais dos intelectuais como problema de investigação. Entendemos que esses investimentos, absolutamente necessários na pesquisa histórica, permitem evitar a naturalização do termo, ou seja, o falso suposto de um significado unívoco para a palavra. Logo, considerando esses aspectos, o presente texto visa discutir diferentes possibilidades para a escrita da história intelectual e dos intelectuais, a partir da reflexão sobre os significados associados, nos séculos XIX e XX, às palavras *intelligentsia* e intelectuais. Primeiramente analisaremos os usos desses vocábulos nos cenários literários e políticos russo e francês e, na seqüência, discutiremos os sentidos veiculados no âmbito das ciências sociais e da filosofia política. Exploraremos, nessa direção, o conceito de intelectual como mediador dos conflitos sociais, presente na obra de Karl Mannheim; a idéia do intelectual como dirigente e organizador da cultura, problematizada nos textos carcerários de Antonio Gramsci; e, por fim, o conceito de intelectual como produtor de capital simbólico, inerente à obra de Pierre Bourdieu. Não temos a pretensão de discutir, exaustivamente, as concepções desses pensadores, pois seria impossível tal empreendimento nesse espaço. Visamos, tão-somente, indicar os significados sintéticos dessas categorias, assinalando pontualmente os contrastes, as aproximações, as potencialidades e os limites dos três conceitos analisados. Concluiremos acenando para as implicações dessa discussão nas escritas da história intelectual e dos intelectuais, supondo que estas incidem, também, sobre a escrita da história da educação ou, pelo menos, sobre aquelas pesquisas e projetos que tomam os intelectuais como objeto privilegiado.

Da *intelligentsia* aos intelectuais: o deslize dos sentidos⁴

Na Grande Polônia, então parte do Império Prussiano, a palavra *inteligencia* popularizou-se em 1844 com a obra *Em amor à pátria*, do filósofo Karol Libelt. Nesse contexto ela estava associada a significados que atravessariam os séculos XIX e XX. O vocábulo foi utilizado para representar os membros bem educados da sociedade que, apoiados na razão e no conhecimento, assumiriam as responsabilidades de defender os interesses da pátria e do povo. Em outras palavras, pressupunha a sensibilidade e a responsabilidade dos cultos no tocante à educação do povo e à afirmação da nação. Na Rússia, nesse mesmo período, o vocábulo *intelligentsia*, criado possivelmente a partir do latim (*intelligentia*), representa a transliteração da palavra escrita em alfabeto cirílico (интеллигенция) que circulou na literatura desse país na primeira metade do século XIX. O uso coloquial do termo no período evidencia que ele estava em plena circulação nos círculos literários, contudo ganhou notoriedade pelas obras de Ivan Turgenev.

Dmitry, personagem da novela *Rudin* (1856), encarnou o protótipo da *intelligentsia*: homem culto, orador eloquente, nacionalista e defensor apaixonado de mudanças sociais. Entre os analistas da obra de Turgenev prevalece a idéia de que esse personagem foi modelado a partir do exemplo histórico do anarquista e revolucionário russo Mikhail Bakunin (1814-1876). Na obra *Pais e filhos* (1862) Turgenev analisou a genealogia da elite intelectual russa, revelando os conflitos entre as gerações de letrados. Em particular entre aqueles de origem nobre que defendiam reformas liberais e os mais jovens de origem não aristocrática que sustentavam, apoiados em teorias socialistas, a necessidade de

4. Considerei fontes privilegiadas para a exposição das idéias de Mannheim, Bourdieu e Gramsci os escritos desses autores citados nas referências ao final deste texto. Optei por operar sínteses compreensivas das idéias em tela e, assim, evitar citações diretas das obras em função do espaço disponível para o artigo e, sobretudo, em função do objetivo manifesto na introdução de apreender sinteticamente os sentidos dos conceitos de intelectuais presentes nas obras desses três teóricos.

ações políticas radicais. Nesse ambiente perpassado pelo discurso messiânico dos jovens radicais delinearam-se significados importantes que reverberariam em outros momentos e lugares, de maneira que a palavra *intelligentsia* se associou à idéia de elite que se definia pelo grau de formação e de competência para tratar com o conhecimento erudito e com a cultural em geral, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica; bem como se vinculou à idéia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado. Defendendo reformas sociais os jovens cultos reivindicaram as condições de guia do povo e de grupo portador da consciência nacional.

No próprio quadro literário russo vislumbramos a reação às pretensões políticas daqueles que se consideravam membros dessa elite. Tolstoi, Dostoievski e Chekhov, embora estivessem dentro desse perfil social, foram seus críticos. Dostoievski, preso na Sibéria em função de conspiração contra o império russo e ativo participante de grupos de jovens socialistas, escreveu uma paródia ao texto *O que é preciso fazer?* (1863), escrito por Nikolay Chernyshevsky, que representava o ideal do posicionamento político e moral dos jovens letrados. Na obra *Notas do subterrâneo* (1864), Dostoievski ironiza o sentimento de distinção da *intelligentsia*, relativizando a crença de que ela possuía horizonte moral e político elevado⁵. Em permanente tom de ironia ele afirma nesses ensaios que “no século XIX, um homem inteligente deve, está obrigado moralmente a ser, em essência, uma criatura sem caráter; o homem que tem caráter, o homem de ação, é fundamentalmente uma criatura limitada” (Dostoievski, 1989, p. 11). E segue desqualificando o papel político da *intelligentsia*: “o único destino do homem inteligente é tagarelar, ou seja, derramar água em peneira” (idem, p. 28).

A participação política da *intelligentsia* na vida pública russa atravessou o século XIX e inseriu-se no contexto dos primeiros anos do século XX, de tal forma que nas jornadas revolucionárias do primeiro quartel do século XX encontramos as críticas proferidas pelos dirigentes

5. Sobre as posições de Dostoievski no que concerne à *intelligentsia* ver Dostoievski: *as sementes da revolta. 1821-1849*, de Joseph Frank (1999).

bocheviques, em particular Lênin e Trotsky, no que concerne às posições defendidas pela *intelligentsia*. Segundo esses dirigentes os jovens de discurso radicalizado e adeptos dos atentados às autoridades do czarismo não se constituíam como vanguarda política acima dos interesses das classes, tal como eles se apresentavam na cena política. Representavam, nessa visada crítica, um estrato social oriundo da classe dominante que, em função de contradições próprias dessa classe, assumiam posições políticas voluntaristas, elaboradas de forma conspirativa e tendo como conseqüências ações violentas⁶.

Percebe-se, nesse sintético quadro da experiência do leste europeu, a polissemia presente na formação da identidade da elite culta. Por um lado ela aparecia como representante do *ethos* da renovação, da modernidade, da civilidade, do progresso do povo e da nação e, por outro, foi representada pelos seus críticos como portadora de um espírito de soberba, sectário, eslavófilo e, portanto, incapaz de representar interesses universais e racionais.

No final do século XIX muitos dos sentidos encontrados no debate russo sobre o papel da elite cultural foram apropriados no cenário francês, embora nessa circunstância a palavra *intelligentsia* tenha sido preterida em favor do termo intelectual (*intellectuel*) ou, de forma mais precisa, intelectuais. A palavra no plural, designando o conjunto dos cultos, denota de forma mais precisa a existência de um protagonista político com identidade definida. Embora o termo circulasse amplamente no ambiente cultural francês da segunda metade do século XIX, o marco simbólico da sua emergência foi o já célebre manifesto “J’accuse: lettre au président de la république”, de Émile Zola, publicado no jornal *L’Aurore*, em dezembro de 1898. O texto tornou pública a posição de Zola sobre o *affaire* Dreyfus⁷ e produziu grande impacto no cenário político e cultural francês.

6. Sobre as críticas de Lênin e de Trotsky no tocante à *intelligentsia* ver, entre outros, *História da Revolução Russa*, de Trotsky (1977), e *A que herança renunciamos?*, de Lênin (1982).

7. Sobre o *affaire* Dreyfus ver *Los intelectuales en el siglo XIX* (2000) e *Histoire sociale de la France au XIX siècle* (1998), de Christopher Charle.

O *affaire* tornou-se uma referência para a história política francesa no cenário da Terceira República e produziu uma profunda comoção e divisão do campo cultural e político francês. O episódio demarcou a ação pública de artistas, cientistas e escritores contra o Estado pela quebra de normas jurídicas no processo que este movia contra o capitão Alfred Dreyfus, acusado em 1894 de espionagem em favor da Alemanha e, posteriormente, encarcerado na Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa. O conflito, além de gerar o recrudescimento do discurso nacionalista entre aqueles que se opunham à reabertura do processo na justiça francesa, fomentou o sentimento anti-semita, uma vez que Dreyfus era de origem hebraica. Émile Zola, Octave Mirbeau, Anatole France, Marcel Proust, Henri Poincaré, Émile Durkheim, entre outros, manifestaram-se em favor do militar, reivindicando por meio dos jornais e das revistas que a justiça francesa analisasse o caso apoiada em normas jurídicas de valor universal e não em função da lógica conjuntural dos interesses de Estado.

Nesse contexto os intelectuais foram, por um lado, entendidos como defensores intransigentes da liberdade e da justiça e, por outro, como traidores da pátria e da nação. Na cultura política francesa o conflito entre *dreyfusards* e *anti-dreyfusards* caracterizou de forma intensa o engajamento dos intelectuais contra as ações do Estado republicano, tal como na Rússia o termo *intelligentsia* sugeria o empenho político dos jovens literatos contra o czarismo. Esses episódios evidenciam a construção de um sentido que relaciona de forma estreita as duas palavras à esfera política, à atividade cívica e à crítica do poder instituído. Sendo assim poderíamos afirmar que: enquanto as palavras sábio, erudito, letrado, culto representam adjetivos associados a sujeitos privados, aquelas representam substantivos que nomeiam um sujeito político coletivo. Na história intelectual a emergência e o uso coloquial das palavras intelectuais e *intelligentsia* representaram uma mudança significativa de percepção, em função de uma mudança no comportamento político das elites cultas.

A presença desses vocábulos no século XIX consolida tendências de longa duração, uma vez que as experiências políticas de Cícero no Império Romano, Maquiavel na República de Florença ou de Voltaire na França pré-revolucionária prenunciavam esse encontro entre sábios e esfera pública. Em outros termos, a intervenção dos cultos na cena pú-

blica não é uma inovação do século XIX, porém as condições materiais de organização da cultura nesse período, particularmente favorecida pela presença de jornais e de revistas de ampla circulação, propiciaram a formação da identidade dos intelectuais como protagonistas políticos. Dispondo, como nunca antes, de meios eficientes para disseminação de idéias, eles mostraram-se capazes de atuar de forma organizada em torno de questões sociais tópicas, porém com grande apelo cívico. Em termos habermasianos, o surgimento de uma esfera pública de debates permitiu a plena afirmação da identidade dos intelectuais, de maneira que palavras foram criadas e sentidos construídos para expressar a presença desses protagonistas na cena política, engendrando novas formas de pensar e de agir diante desse fenômeno social⁸.

Segundo os principais líderes *dreyfusard* a saga do anônimo capitão Dreyfus contra o Estado francês representou a luta pela justiça e pela liberdade do indivíduo. A revisão do processo, a absolvição e a reintegração de Dreyfus ao exército não tiveram tanta repercussão como o exemplo dado pelos intelectuais franceses que se tornaram para muitos modelo de virtude política. Tiveram, dessa forma, seus passos seguidos e outras causas foram assumidas e outros manifestos foram redigidos ao longo dos três primeiros quartéis do século XX.

A idéia de engajamento dos sábios encontrou obstáculos antigos e modernos, pois, por um lado, a cultura cristã e a ação da Igreja católica engendraram o monastério e o clérigo como lugar e como personificação do saber respectivamente, da mesma forma que separaram a arte, a ciência e a filosofia da política. O saber desinteressado e atemporal e o clérigo distante das paixões mundanas tornaram-se os ideais de virtude e de sabedoria. Não por acaso a reação moderna e laica aos sábios engajados evocou o modelo dos clérigos. Na célebre obra *A traição dos clérigos*, de 1927, Julian Benda foi taxativo: o clérigo não deve perseguir fins práticos, mas sim produzir conhecimento atemporal, seja ele científico, filosófico ou literário; o homem de letras cultua a justiça e a verdade, mas não se vincula ao realismo das multidões. Para Benda os clérigos simbolizam

8. Sobre o conceito de esfera pública ver *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, de Habermas (2003).

os ideais mais sublimes da sociedade e, graças a eles, a humanidade faz o mal, mas idolatra o bem. A reação de Benda ao engajamento dos clérigos não impediu que a sua própria obra fosse interpretada como uma evidência cabal dessa tendência de politização da esfera cultural, uma vez que as suas críticas aos modernos clérigos se revelam como uma reação política contra a adesão de parte da intelectualidade européia ao discurso nacionalista e racista no período entre guerras. O intelectual moderno, reconhece contrariado Benda, sucumbiu às paixões da cidade e ao realismo das multidões; o sábio transformou-se em milícia espiritual do poder temporal e, assim, perdeu sua autonomia no que concerne aos interesses do Estado, da classe, da raça e do partido⁹.

Ao longo do século XX a negatividade associada ao termo intelectual – presente na crítica dos nacionalistas *anti-dreyfusards* e na tese do não engajamento dos clérigos defendida por Benda – foi-se dissipando, de tal maneira que as idéias de engajamento, de missão, de compromisso civil foram dignificando aqueles que, por meio de manifestos e de ações diretas na *ágora* moderna, participaram ativamente da vida política. Sartre, nos anos de 1950 e 1960, expressou o sentimento de missão dos escritores e, assim, tornou-se um dos seus maiores ícones. Na apresentação de *Os tempos modernos*, de 1945, o filósofo, discutindo a função social da literatura, afirmou que não somos livres para não escolher, somos todos engajados; a abstenção também é uma escolha¹⁰. Edgar Morin (2003), em *Para sair do século XX*, revela-nos a presença e a continuidade desse significado ao longo do século XX ao afirmar que: quando os filósofos descem de sua torre de marfim ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar idéias que têm valor cívico ou político, eles se tornam intelectuais.

As posições ocupadas pelos intelectuais na cena cultural, na disputa pela afirmação e regularização de sentidos, e a crença amplamente com-

9. Sobre a posição de Benda ver *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. Trata-se de uma antologia, organizada por E. R. Bastos e W. D. L. Rego, na qual consta o texto “Traição dos clérigos”, de J. Benda.

10. Sobre a posição de Sartre ver *Os tempos modernos*, em Bastos e Rêgo (1999), *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*.

partilhada na virtuosidade da boa educação propiciaram a formação e a disseminação de representações generosas sobre os ilustrados no transcorrer do século passado, incidindo diretamente sobre o poder político desses agentes. Esses quadros semióticos e políticos são resultantes de um complexo processo, no qual os intelectuais se mostraram extremamente competentes para criar sua própria imagem, pois, além de detem competência para operar com a palavra, com o discurso, ocuparam púlpitos socialmente valorizados na imprensa, no Estado, nas instituições de ensino e nos círculos de cultura. Nessas condições de ascenso social prevaleceram imagens extremamente favoráveis e apologéticas, instituindo-os como verdadeiros heróis prometéticos, vocacionados para defender os interesses públicos em nome da razão universal.

Quebrando o espelho: os intelectuais para além das auto-representações

Deslocar o discurso sobre os intelectuais da cena política imediata e tratá-lo como questão sociológica e histórica foi crucial para o entendimento das funções desses protagonistas na cena pública. A desconstrução das representações e das auto-representações foi produzida pela ciência social que os assumiu como objeto de investigação. Nesse projeto três autores notabilizaram-se: Karl Mannheim, Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci.

Mannheim, embora não se tenha dedicado especificamente à análise da função dos intelectuais, postulou o projeto de formação do campo de pesquisa da sociologia do conhecimento. O campo não se caracterizava para Mannheim apenas como um espaço de produção de saber científico, mas sim como uma pré-condição racional para a intervenção política. Mannheim desenvolveu sua teoria a partir da revisão do conceito marxiano de ideologia, uma vez que para Marx, segundo Mannheim, a ideologia estava associada ao indivíduo e tinha como pressuposto a distorção da realidade, enquanto para Mannheim a ideologia estava associada aos grupos sociais e às suas visões de mundo. Ele defende que as idéias, as ideologia, as visões de mundo não são derivadas da

relação do indivíduo com a sua consciência, mas sim do grupo social com o seu meio cultural. À sociologia do conhecimento, nesse quadro analítico, caberia a análise da relação entre meio social e ideologias. A compreensão desses condicionamentos permitiria, segundo Mannheim, construir analiticamente um quadro histórico e sociológico das diferentes perspectivas, de tal maneira que os versados nessa arte, nesse contexto encarnados nos cientistas e historiadores sociais, se constituiriam em intérpretes privilegiados dos conflitos entre as diferentes visões de mundo.

Compreender as razões sociais dos antagonismos seria, para ele, essencial para ultrapassar as visões determinadas pelos vieses produzidos e internalizados pelas condições sociais de existência. A sociologia do conhecimento, por meio de um extenso projeto de investigação, seria capaz, em um primeiro momento, de traçar diacrônica e sincronicamente um quadro amplo das diferentes visões de mundo, bem como das suas determinações sociais. Na sequência produziria uma síntese das perspectivas, superando ou minorando os antagonismos que tensionam as relações entre os diferentes grupos e que obstacularizam a definição de um projeto de desenvolvimento social planejado e negociado.

Nesse quadro teórico percebemos a pretensão de intervenção, bem como a representação dos intelectuais ou, mais propriamente, da *intelligentsia* como agente social mediador. Os homens e as mulheres versados na sociologia do conhecimento seriam os únicos capazes de mediar os conflitos, uma vez que eles reuniriam as condições racionais para localizar historicamente e socialmente os condicionamentos que originam as formas de pensar antagônicas.

A teoria mannheimiana associou-se à idéia de autonomia da *intelligentsia* no que concerne a condicionamentos de classe, de raça, de religião e de partido, presente na tese sobre os clérigos de Benda. Não obstante, contrasta com este ao sustentar a autonomia dos cultos como o aspecto que legitima e justifica a intervenção política dos intelectuais. As idéias de Mannheim deram suporte teórico à crença na superioridade de interpretação e de direção política da *intelligentsia*.

Ainda que a idéia da síntese das perspectivas não encontre muitos defensores contemporaneamente, a tese do intelectual como mediador

político permanece em circulação no debate acadêmico e político. Função de mediador que Gramsci, embora sem diálogo direto com Mannheim, destacou também ao definir os intelectuais como dirigentes e organizadores da cultura. A visão marxista de Gramsci impedia-o de pensá-los para além dos condicionamentos sociais e, sendo assim, suas idéias oscilaram entre os intelectuais como *funcionários*, representantes diretos dos interesses das classes fundamentais, ou como dirigentes e organizadores que possuíam *autonomia relativa* em relação aos grupos sociais aos quais eles estavam vinculados.

Os intelectuais são analisados na obra de Gramsci como agentes políticos determinantes, isto é, como estrategistas responsáveis pelas funções de domínio e de direção cultural. Nesse quadro analítico não é a sociologia do conhecimento o saber que confere centralidade aos intelectuais na cena política, mas sim a ciência e a arte política. Essa concepção reitera a positividade do engajamento da elite intelectual, contrastando, tal como Mannheim, com a tese do ascetismo dos clérigos. Ela enfatiza o que a tese de Benda considerava negação da postura do sábio, isto é, a intervenção política.

Se a defesa do engajamento dos cultos não é uma posição nova nos cenários político e teórico, certamente o enfoque gramsciano sobre as diferentes dimensões do trabalho intelectual representa uma posição original. O trabalho intelectual em Gramsci não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, de maneira que a disseminação do saber, os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais são considerados, também, facetas desse processo de organização da cultura. As sociedades complexas e a cultura nos marcos do industrialismo demandavam a divisão do trabalho e, por consequência, a especialização dos quadros envolvidos na esfera cultural. Trata-se, portanto, de uma concepção que amplia o conceito de atividade intelectual, bem como reorienta a relação entre política e cultura.

A análise de Gramsci foi produzida, em particular, a partir do estudo da experiência histórica italiana no período anterior ao processo de unificação política da península, quando ele destacou a separação entre os intelectuais e o povo-nação. Para Gramsci o intelectual italiano foi

formado em uma atmosfera cosmopolita, propiciada pela posição ocupada pela Igreja católica na dividida península itálica. A Igreja católica formava e arregimentava os cultos para representarem os seus interesses multinacionais. Nesse contexto o intelectual não estabeleceu relações com o povo-nação ao adotar uma atitude de casta, avesso ao espírito popular e aos interesses da nação. Nessa primeira acepção o intelectual foi adjetivado de tradicional. O *Risorgimento* italiano na segunda metade do século XIX, o processo de inserção da Itália no mundo capitalista moderno e o ascenso do movimento socialista no primeiro quartel do século XX produziram um novo momento na história dos intelectuais italianos. Estes, ao contrário da fase anterior, ocuparam-se do projeto de formação do espírito nacional, bem como passaram a representar diretamente as forças que disputavam a direção da vontade popular.

As leituras das idéias de Gramsci, tanto na Itália como no Brasil, tenderam a enfatizar o papel revolucionário do intelectual organicamente vinculado aos interesses das classes subalternas. Sobre esse aspecto consideramos necessário destacar que essa dimensão da ação dos intelectuais em relação aos subalternos está intimamente sintonizada com o projeto político gramsciano. Indicando, na sua condição de líder de forças que se opunham à hegemonia burguesa, a necessidade de os subalternos criarem seus grupos intelectuais e, por extensão, suas estratégias de luta política. Não obstante, os textos gramscianos enfatizaram, também, a separação entre os cultos e o povo-nação no processo que antecedeu ao *Risorgimento* italiano, bem como no período posterior o papel político dos intelectuais na organização da flexível e, por isso, sólida estrutura ideológica do Estado capitalista nas sociedades ocidentais.

Nesse sentido, o conceito de intelectual nos textos de Gramsci reúne, no mínimo, três sentidos principais: o intelectual tradicional, que despreza o sentimento popular e organiza-se como casta; o orgânico ao projeto do Estado burguês, que produz as condições ideológicas para a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo; e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas, que visa a organização de uma nova forma de domínio e de direção política. Enquanto os dois primeiros representavam expressões históricas da realidade italiana e européia, o orgânico às classes subalternas, o moderno príncipe, tal como Gramsci

denominou essa nova forma de organização coletiva dos intelectuais vinculados ao projeto socialista, representava um projeto político do dirigente comunista.

A auto-representação do intelectual como herói prometéico – subjacente à retórica dos manifestos que circularam em diferentes momentos históricos – foi questionada radicalmente pelas formulações gramscianas, pois ele investiu na dessacralização do intelectual como agente político. Gramsci demonstrou o espírito de soberba dos tradicionais, assim como as vinculações dos orgânicos com o poder e com as classes fundamentais dominantes.

Em contraste com Mannheim, os intelectuais em Gramsci não são autônomos em relação às principais forças sociais, uma vez que são expressões dessas forças. A rigor, expressões peculiares pelas funções: de tradução de interesses particulares nos marcos de uma retórica universalista; e de direção das ações políticas dos grupos e das classes que disputam a hegemonia na sociedade. Gramsci estudou um problema crucial para a ciência e para a arte política, ou seja: os mecanismos de domínio e de direção cultural. Os temas da dominação, do controle, da formação e da internalização de formas de pensar e de agir interessaram, também, a Bourdieu. Esse sociólogo/filósofo enfatizou a análise e o julgamento político que dessacraliza os intelectuais ao associá-los, em síntese, a dois comportamentos: a autolegitimação dos cultos, em sentido *stricto*, pela afirmação de critérios de classificação e de distinção capazes de justificar a hierarquização das posições ocupadas e a distribuição do poder no campo intelectual; e, em sentido *lato*, a reprodução das relações de dominação, em função da convergência de interesses entre os detentores de capital cultural, político e econômico.

Bourdieu sublinhou os mecanismos de reprodução social, apoiado em uma análise das relações (homologia) entre dominação econômica, política e cultural; entre estruturas mentais/simbólicas e estruturas sociais. Segundo Bourdieu o poder simbólico produz uma eufemização do poder material, transformando o capital econômico em capital cultural. Bourdieu investiu em uma leitura das relações de poder que supera, a um só tempo, a tese da determinação estrutural (o poder econômico submete a sociedade) e a tese culturalista da imposição ideológica (a aculturação

dos dominados pela cultura dominante). Ele visou construir uma teoria das relações entre estrutura econômica e bens simbólicos, demonstrando como as imposições estruturais agem em espaços considerados imunes ao seu poder, tais como o campo da ciência, da arte e da educação. Essa teoria relacional do mundo social analisou os processos de comunicação, pois estes evidenciam as formas de imposição e de subordinação derivadas do poder material e simbólico dos enunciadores.

Os intelectuais são representados nesse quadro analítico como produtores de capital simbólico, expressando os interesses das classes dominantes e aqueles próprios dos cultos que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico. Os intelectuais, para Bourdieu, inclusive aqueles vinculados aos partidos da esquerda tradicional, foram analisados e duramente criticados. A crítica às posições do *homo academicus* escapa à idéia de conspiração das elites cultas contra o povo, à proporção que sustenta a opacidade e a eufemização dos mecanismos de controle e de dominação presentes nas tradições acadêmicas, literárias e científicas. O processo de formação dos detentores de capital cultural no âmbito da lógica do campo intelectual internaliza esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder, transfigurando-as e, por conseqüência, justificando-as em nome da tradição, da razão e do mérito.

Não há evidências de um diálogo, por parte de Bourdieu, com os textos de Gramsci, contudo a atmosfera intelectual do período (*zeitgeist*) propiciou que esses teóricos com formações, métodos e referências tão diversas convergissem em suas preocupações: o poder do simbólico e as formas de reprodução social ou, em termos gramscianos, a função dos intelectuais e a luta pela hegemonia na sociedade. Bourdieu – descrente no partido político, de maneira geral, e no Partido Comunista Francês, de maneira particular – distanciou-se de Gramsci relativamente aos meios de subversão do poder estabelecido. Contudo, não cancelou essa possibilidade, uma vez que a sua obra e, sobretudo, a sua intensa militância política evidenciam essas crenças na capacidade de insubordinação dos sujeitos e no poder de crítica do conhecimento. A sociologia reflexiva proposta por ele liberta ao libertar-nos da ilusão de liberdade.

Por fim, Bourdieu oferece à história intelectual duas premissas metodológicas cruciais: não se pode separar a história das idéias, das

ciências e/ou da arte da história social conhecimento, considerando seus produtores, bem como seus *habitus* e campos; para compreender a lógica de funcionamento de um campo (espaço social onde são estabelecidos/impostos os critérios de nomeação, de classificação, de distinção) é fundamental estudar o seu processo histórico de formação.

Conclusões

A premissa principal da história dos intelectuais, entendida como campo de pesquisa associado à história política¹¹, está no investimento de desenclausurar os intelectuais das suas obras de pensamento, pois, assim, é possível pensá-los no que concerne às suas ações políticas na *ágora* moderna. Quando muito os textos filosóficos, científicos e literários ganham sentido como fonte ou como acontecimento nessa forma de escrita da história, quando estes encerram significados políticos específicos¹². De forma similar a história intelectual investe na análise dos processos de produção, circulação e recepção das idéias e dos discursos científicos, políticos, pedagógicos ou artísticos, desenclausurando-os da lógica e do método internalista da tradicional história das idéias¹³. Reassociar as idéias, os sentidos, as representações e/ou os discursos aos seus contextos de produção e de recepção é condição para construir uma história intelectual intimamente articulada à história das linguagens, das profissões ligadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares de difusão do conhecimento.

De maneira direta na história dos intelectuais e de forma indireta no âmbito da história intelectual o reconhecimento e a caracterização dos agentes são operações cruciais para estabelecermos os liames entre o plano subjetivo dos sentidos e o plano objetivo das práticas sociais.

11. Sobre a relação entre história dos intelectuais e história política ver *Os intelectuais*, de Sirinelli (2003).

12. Sobre a questão das fontes na história dos intelectuais ver, em especial, a introdução da obra *O século dos intelectuais*, de Michel Winock (2000).

13. Sobre as escritas da história intelectual ver *The descent of ideas: the history of intellectual history*, de Donald R. Kelley (2002).

O processo de reconhecimento e de nomeação dos agentes, sejam eles grandes ícones do pensamento científico ou grupos profissionais e/ou religiosos, requer rigor, visto que este envolve a assunção de significados que incidem sobre o processo de interpretação. Os termos que designam os agentes sociais têm história e foi sobre essa história que discurremos ao longo desse texto, considerando o deslize nos sentidos de *intelligentsia* e intelectuais nos espaços literários e políticos dos séculos XIX e XX¹⁴. Percebemos, nesses contextos, a ambivalência dos sentidos resultante da luta pelo léxico, ou melhor, da disputa discursiva em torno da fixação e da estabilização da relação entre signo e significado. Nessas condições de armas terçadas os intelectuais são, simultaneamente, sujeitos e objetos, interpretação e prática social, ciência e arte política. Em torno deles forma-se uma complexa rede de representações ambivalentes: da defesa da liberdade à traição da pátria; da consciência da nação ao espírito de soberba; da vanguarda política esclarecida ao voluntarismo irresponsável de acordo com os diferentes protagonistas em luta pela afirmação de sentidos e, por extensão, pela legitimação ou deslegitimação de protagonistas políticos. Essa ambivalência é o indício cabal da polissemia das palavras, dos conflitos ideológicos e políticos, enfim, dos interesses em disputa. A sensibilidade no que tange a esses deslocamentos é condição para evitarmos a assunção passiva de significados que encerram formas de pensar, de julgar e de agir instituídos socialmente nas batalhas discursivas.

Para além da compreensão da polissemia presente no uso coloquial dos termos, deparamo-nos com os significados veiculados por aqueles que elevaram esses vocábulos ao patamar de categorias heurísticas de análise. Os conceitos de *intelligentsia*, intelectuais orgânicos e tradicionais ou campo intelectual são exemplos desse processo de ressignificação de palavras para o uso teórico. Nesse sentido, gostaria de afirmar que as categorias de Mannheim, Bourdieu e Gramsci são precisas contribuições para o entendimento histórico dos processos de circulação e de apropriação dos sentidos, dos modos de funcionamento das relações de poder e de comunicação, bem como do comportamento político dos intelectuais.

14. Adoto ao longo do texto a expressão *deslize de sentido*, própria do léxico de Jaques Derrida, sem pretensões conceituais. Viso, tão-somente, indicar o caráter polissêmico das palavras.

As teorias, tanto de Mannheim, como de Gramsci e de Bourdieu, investem, guardadas as suas profundas diferenças, decididamente na análise da tensão relacional entre o simbólico, as visões de mundo ou as ideologias, de acordo com as preferências lexicais e conceituais desses autores, e o plano estrutural, representado nos seus textos pela lógica econômica do capitalismo. Ainda que as terminologias, os métodos e, sobretudo, os resultados desses programas de investigação sejam discrepantes é inegável que eles partilharam da tese de que os condicionamentos estruturais do capitalismo não incidem diretamente sobre a sociedade, pois dependem de mediações culturais. Esse é um diferencial significativo na história das idéias do século XX, dominada pelos determinismos estruturalistas ou pelos idealismos culturalistas de diferentes extrações teóricas. Essas concepções convidam os seus leitores a romper com a concepção, profundamente arraigada, que opõe o plano material ao plano espiritual ou a história das idéias à história econômica e social. Em sentido *stricto* essas visões estimulam a compreensão dos intelectuais a partir das suas práticas sociais, dos seus lugares de enunciação, das suas redes de sociabilidade, dos seus compromissos políticos com as elites ou com aqueles que defendem a subversão do poder.

As diferenças entre esses pensadores são evidentes, nesse sentido investimos ao longo deste texto nas, não tão evidentes, aproximações. Uma análise histórica dos textos e das idéias desses três pensadores, focando as suas condições, seus modos e contextos de produção, permitiria possivelmente produzir explicações plausíveis sobre as razões dessas diferenças que se manifestaram nas resultantes teóricas e, sobretudo, nos julgamentos políticos dos intelectuais derivados dessas análises. Mannheim traça um quadro de positividade para ação mediadora da elite versada na ciência social, enquanto Bourdieu investe na afirmação do compromisso dos bem educados, detentores de capital cultural, com a manutenção das relações sociais de dominação burguesa. Gramsci, em certa medida e por vias diversas, aproxima-se da tese da relação estreita entre o poder do Estado capitalista e os intelectuais orgânicos, embora indique a necessidade daqueles que se opõem ao poder burguês de criar um novo tipo de intelectual associado aos interesses dos subalternos. A posição institucional de Gramsci, como líder de forças políticas, talvez explique essa ambivalência

entre os seus juízos apoiados na análise da experiência histórica italiana e européia e aqueles sustentados nos imperativos da arte política. Contudo, como já afirmei, não explorei neste texto as condições históricas de enunciação desses autores. Visei, tão-somente, produzir um quadro sintético das suas posições teóricas no tocante ao fenômeno social da atuação dos intelectuais na esfera pública, evidenciado pelo surgimento e pelos usos dos termos intelectuais e *intelligentsia*.

Creio que os exemplos de Mannheim, Gramsci e Bourdieu, embora apoiados em perspectivas teóricas e projetos políticos diversos, são importantes para focar a questão da ação política dos intelectuais em sentido rigoroso, contudo não devem servir como explicações que se antecipam à pesquisa. Entendê-los não significa adotá-los, já que investigar pressupõe autonomia de pensamento e capacidade de ressignificar sentidos e teorias sociais diante de evidências empíricas. Não obstante, o lugar ocupado pela reflexão desses teóricos em torno do tema dos intelectuais impõe uma consideração especial para as suas idéias.

Referências bibliográficas

BARROS, R. S. M. de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.

BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. (orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BOAS, G. *The history of ideas: an introduction*. New York: s.ed., 1969.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARLE, C. *Histoire sociale de la France au XIX siècle*. Paris: Points, 1998.

_____. *Los intelectuales en el siglo XIX*. Madrid: Siglo XXI, 2000.

CONKIN, P. K. Intellectual history: past, present and future. In: DELZELL, Charles F. *The future of history*. Nashville: s.ed., 1977.

DOSTOIEVSKI, F. *Notas do subterrâneo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

FRANK, J. *Through the russian prism: essays on literature and culture*. Princeton: s.ed., 1990.

_____. *Dostoevski: as sementes da revolta. 1821-1849*. São Paulo: EDUSP, 1999.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1977.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KELLEY, D. R. Horizons of intellectual history: retrospect, circumspect, prospect. *Journal of the history of ideas*, v. 48, n. 1, jan./mar. 1987.

_____. *The descent of ideas: the history of intellectual history*. Burlington: Ashgate, 2002.

LÊNIN, V. *Obras escolhidas*. 3. v. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LOPES, M. A. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: _____. (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

LOVEJOY, A. The historiography of ideas. In: _____. *Essays in the history of ideas*. New York: George Braziller, 1955.

MANNHEIM, K. *Libertad, poder y planificacion democrática*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1960.

_____. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MASON, J. *Mestres da literatura russa: aspectos de suas vidas e obras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORIN, E. *Para sair do século XX*. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POSNER, R. A. *Public intellectuals: a study of decline*. Boston: Harvard University Press, 2002.

RORTY, R. La historiografía de la filosofía: cuatro géneros. In: _____; SKINNER, Q. (orgs.). *La filosofía en la historia: ensayos de historiografía de la filosofía*. Barcelona: Paidós, 1990.

SILVA, H. R. da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002. p. 9-45.

_____. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antonio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKINNER, Q. La idea de libertad negativa: perspectivas filosóficas e históricas. In: _____. (org.). *La filosofía en la historia: ensayos de historiografía de la filosofía*. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TROTSKY, L. *História da revolução russa*. 3. v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TURGUENIEV, I. *Pais e filhos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

VIEIRA, C. E. Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci. In: FARIAS FILHO, L. M. *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WINOCK, M. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Endereço para correspondência:

Carlos Eduardo Vieira

Rua Lord Lovat, 74

Curitiba-PR

CEP 81510-520

E-mail: cevieira@ufpr.br; cevieira@pesquisador.cnpq.br

Recebido em: 4 dez. 2006

Aprovado em: 16 jun. 2007